

Associação Nacional de Gerontólogos
- Estatutos -

Aprovados em Reunião de Assembleia Geral a 08 de setembro de 2018

Aveiro, 2018

ÍNDICE

CAPÍTULO I: DISPOSIÇÕES GERAIS	1
Artigo 1º - Constituição, Denominação e Sede	1
Artigo 2º - Simbologia	1
Artigo 3º - Objetivos	2
CAPÍTULO II: ASSOCIADOS	3
Artigo 4º - Categorias	3
Artigo 5º - Aquisição da Qualidade de Associado	3
Artigo 6º - Direitos dos Associados	3
Artigo 7º - Deveres dos Associados	4
Artigo 8º - Quotas	4
Artigo 9º - Regime Disciplinar	5
CAPÍTULO III: ÓRGÃOS SOCIAIS	5
Artigo 10º - Composição	5
Artigo 11º - Mandato	5
SECÇÃO I: Assembleia Geral	5
Artigo 12º - Definição e Constituição	5
Artigo 13º - Reuniões da Assembleia Geral	6
Artigo 14º - Competências	6
SECÇÃO II: Mesa da Assembleia Geral	7
Artigo 15º - Composição	7
Artigo 16º - Competências	7
Artigo 17º - Demissão e Incapacidade	8
SECÇÃO III: Direção	8
Artigo 18º - Definição e Organização	8
Artigo 19º - Competências	9
Artigo 20º - Demissão	10
SECÇÃO IV: Conselho Fiscal	11
Artigo 21º - Constituição	11
Artigo 22º - Competências	11
Artigo 23º - Demissão	11
CAPÍTULO IV: ELEIÇÕES	10
Artigo 24º - Especificação	12
Artigo 25º - Capacidade Eleitoral	12
Artigo 26º - Processo Eleitoral	12
CAPÍTULO V: FINANÇAS E PATRIMÓNIO	13
Artigo 27º - Receitas	13
Artigo 28º - Despesas	13
Artigo 29º - Plano de Atividades e Orçamento	13
Artigo 30º - Relatório de Atividades e Contas	14
Artigo 31º - Património	14
CAPÍTULO VI: DISPOSIÇÕES FINAIS	14
Artigo 32º - Federações e Filiações	14
Artigo 33º - Interpretação e Integração de Lacunas	15
Artigo 34º - Alteração e Revisão dos Estatutos	15
Artigo 35º - Extinção	15
Artigo 36º - Entrada em Vigor	15

Estatutos da Associação Nacional de Gerontólogos (ANG)

CAPÍTULO I: DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º

(Constituição, Denominação e Sede)

1. A Associação Nacional de Gerontólogos, de ora em diante designada abreviadamente por ANG, fundada em 03 de outubro de 2008, é uma associação sem fins lucrativos, de duração ilimitada, de âmbito nacional e dotada de personalidade jurídica.
2. A ANG tem sede no Campus Universitário de Santiago, Edifício 1, 3810-193 Aveiro, a qual poderá ser livremente transferida para outro local, mediante simples decisão unânime da Direção.
3. A ANG rege-se nos termos da Lei vigente, que lhe é aplicável, e pelos seus estatutos.

Artigo 2º

(Simbologia)

1. A representação simbólica da ANG é a seguinte:



Artigo 3º

(Objetivos)

1. A ANG tem por objetivo principal o fomento e defesa dos interesses da profissão, a todos os níveis, zelando pela função social, dignidade e prestígio dos Gerontólogos.
2. Na prossecução dos seus objetivos cabe à ANG:
 - a) defender a ética, a deontologia e a qualificação profissional dos seus membros, com o intuito de assegurar uma prática qualificada;
 - b) promover o desenvolvimento da Gerontologia, nomeadamente ao nível do ensino e das carreiras profissionais;
 - c) defender os direitos e prerrogativas dos seus associados e manter, quer a nível nacional, quer internacional, relações com organizações congéneres;
 - d) contribuir para o desenvolvimento de políticas sociais e de saúde e para a construção de uma sociedade que respeite a vida humana em estreita cooperação com as organizações dos três setores económicos;
 - e) promover e aprofundar o espírito associativo entre os profissionais de Gerontologia, representar os seus interesses e velar pelos seus direitos;
 - f) desenvolver o intercâmbio e a cooperação nacional e internacional, podendo para o efeito aderir a outras uniões ou federações;
 - g) colaborar no estudo, defesa e solução dos problemas pertinentes à Gerontologia, à profissão e à classe, dando parecer sobre as diversas matérias relacionadas com o ensino da Gerontologia, bem como a organização dos serviços que se ocupam deste ramo, sempre que julgue conveniente fazê-lo junto das entidades oficiais;
 - h) prestar colaboração técnica e científica a qualquer entidade pública ou privada, quando solicitada e sempre que exista interesse público ou para a profissão;
 - i) desenvolver todas as iniciativas conducentes ao reconhecimento como associação de direito público, de modo a atribuir o título profissional de Gerontólogo e regulamentar o exercício desta profissão;
 - j) promover e organizar programas, seminários e debates em áreas de interesse da atividade profissional, de forma a promover o interesse e a participação dos associados;
 - k) promover a elaboração e divulgação de trabalhos, artigos, teses e dissertações nas áreas da Gerontologia, das Ciências Sociais e das Ciências da Saúde;
 - l) estabelecer acordos e parcerias com instituições, empresas e organizações públicas e privadas, de âmbito nacional e internacional, de forma a contribuir para a concretização dos objetivos.

CAPÍTULO II: ASSOCIADOS

Artigo 4º (Categorias)

1. Podem ser associados da ANG, Gerontólogos e outros profissionais ou instituições/organizações que promovam, desenvolvam ou pretendam desenvolver atividades na área da Gerontologia.
2. A ANG compreende as seguintes categorias de associados:
 - a) **Associados Efetivos:** detentores de título de licenciatura em Gerontologia, Gerontologia Social e/ou Educação Social Gerontológica conferente da profissão de Gerontólogo;
 - b) **Associados Estudantes:** são associados estudantes os discentes de cursos de formação superior na área da Gerontologia, enquanto mantiverem tal qualidade, a comprovar anualmente à ANG;
 - c) **Associados Aderentes:** licenciados em áreas científicas afins aos domínios da gerontologia, com interesse no desenvolvimento de atividades científicas e/ou de outro carácter, de forma cooperante e participada;
 - d) **Associados Coletivos:** pessoas coletivas, de índole pública ou privada, que partilhem dos mesmos interesses das ANG e que contribuam, com a sua ação, para a preservação, desenvolvimento, divulgação e promoção da Gerontologia;
 - e) **Associados Honorários:** individualidades ou instituições, nacionais ou internacionais, a quem a Assembleia Geral conferir tal categoria por proposta da Direção que pela valia do seu trabalho ou contributo relevante à ANG, justifiquem a atribuição de tal distinção.

Artigo 5º (Aquisição da Qualidade de Associado)

1. As propostas para a aquisição da qualidade de associado deverão conter todos os dados de identificação do candidato e comprovativos solicitados na respetiva ficha de inscrição.
2. O pedido de admissão será apreciado pela Direção da ANG, sendo que a admissão dependerá do cumprimento das condições previstas nestes Estatutos.
3. Após admissão, será atribuído a cada associado um número de sócio, comunicado pela Direção.
4. A não admissão de um associado deverá ser comunicada por escrito ao requerente, com a devida fundamentação dos motivos.

Artigo 6º (Direitos dos Associados)

1. Todos os associados, independentemente da sua categoria, podem usufruir dos direitos de:
 - a) participar em todas as iniciativas promovidas pela ANG;
 - b) apresentar sugestões e propostas de interesse à Direção da ANG;
 - c) usufruir de todos os serviços da ANG, quando aplicável.
2. Os associados com a categoria de Efetivos ou de Estudantes têm o direito de:

- a) participar e votar nas Assembleias Gerais (ordinárias e extraordinárias);
 - b) eleger e ser eleitos para os órgãos sociais da ANG, nos termos dos Estatutos;
 - c) interpor recurso para a Assembleia-Geral sobre deliberações da Direção.
3. Os associados Aderentes não poderão integrar os Órgãos Sociais da ANG.
4. Os associados com a categoria de Coletivos ou Honorários podem participar das Assembleias Gerais (ordinárias e extraordinárias), não tendo, porém, direito de voto, nem os direitos mencionados nas alíneas b) e c) do número 2.

Artigo 7º **(Deveres dos Associados)**

1. São deveres gerais dos associados:
- a) zelar e contribuir ativamente para a prossecução dos objetivos da ANG, promovendo o seu desenvolvimento;
 - b) cumprir e fazer cumprir as disposições legais aplicáveis à ANG, bem como os Estatutos, Regulamentos Internos e deliberações dos órgãos sociais;
 - c) respeitar e fazer respeitar as decisões e deliberações da Direção, tomadas de acordo com os presentes Estatutos;
 - d) participar em grupos de trabalho ou comissões sempre que forem solicitados e demonstrem disponibilidade e interesse para tal;
 - e) contribuir para a ANG com a quota fixada em Assembleia Geral e com todas as contribuições votadas por este órgão;
2. Os associados com a categoria de efetivos ou de estudantes têm os seguintes deveres específicos:
- a) desempenhar com zelo e diligência os cargos para que forem eleitos;
 - b) tomar parte nas Assembleias Gerais (ordinárias e extraordinárias) e nelas usar da palavra e do direito de voto.

Artigo 8º **(Quotas)**

1. A Assembleia Geral fixará anualmente, sob proposta da Direção, os valores relativos à quota, e aos seus prazos de pagamento.
2. Sempre que se verifique falta de pagamento de quota nos 30 dias seguintes relativamente ao prazo definido, os associados serão notificados via e-mail dispondo de 30 dias, após a data da notificação eletrónica, para regularizar a situação. Se, após este período, não se verificar a regularização da situação de quotização, será considerado pela ANG como significando o abandono da mesma por parte do associado. A perda da qualidade de associado será determinada pela Direção, que notificará da sua decisão o interessado.
3. Em caso de exclusão, suspensão ou demissão do associado, não haverá lugar ao reembolso das quotas pagas.
4. Os associados com categoria de Honorários estão isentos do pagamento de quotas.

Artigo 9º
(Regime Disciplinar)

1. Considera-se infração disciplinar o facto, ainda que meramente culposos, praticado com violação dos deveres decorrentes da qualidade de associado, independentemente da sua categoria.
2. Podem ser aplicadas as seguintes sanções disciplinares:
 - a) repreensão;
 - b) suspensão de direitos e,
 - c) expulsão.
3. As repreensões são deliberadas pela Direção, em reunião plenária.
4. A suspensão e exclusão resultam de deliberação da Assembleia Geral, tomada por maioria de 3/4 (três quartos) dos associados presentes com direito de voto. Podem ser requeridas por iniciativa própria, por proposta fundamentada da Direção ou de, pelo menos, metade dos associados efetivos e estudantes, no pleno gozo dos seus direitos.
5. É suspensão a inscrição e o correspondente exercício de direitos até um ano:
 - a) aos associados que atrasem o pagamento das quotas ou outros encargos devidos à ANG, por um período superior ao estipulado nos Estatutos;
 - b) aos associados que, por atos dolosos, tenham prejudicado moral ou materialmente a associação.

CAPÍTULO III: ÓRGÃOS SOCIAIS

Artigo 10º
(Composição)

1. A ANG é composta pelos seguintes órgãos sociais:
 - a) Assembleia Geral;
 - b) Mesa da Assembleia Geral;
 - c) Direção;
 - d) Conselho Fiscal.

Artigo 11º
(Mandato)

1. O mandato dos órgãos sociais da ANG tem a duração de três anos.

SECÇÃO I
ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 12º
(Definição e Constituição)

1. A Assembleia Geral é o órgão máximo da ANG, representativo da vontade dos associados, sendo as suas

deliberações soberanas, desde que não contraditórias aos presentes Estatutos.

2. A Assembleia Geral é constituída por todos os associados, em pleno cumprimento dos seus direitos associativos, com as respetivas quotizações em dia.
3. Cada associado tem direito a um voto.
4. Os associados Coletivos ou Honorários não têm direito a voto.

Artigo 13º

(Reuniões da Assembleia Geral)

1. As reuniões da Assembleia Geral são dirigidas pela Mesa da Assembleia Geral.
2. A Assembleia Geral terá, de acordo com a sua convocação, a natureza de ordinária ou extraordinária.
3. A Assembleia Geral reúne em sessão ordinária:
 - a) no primeiro trimestre de cada ano civil, até ao dia 31 de março, para apreciação do Relatório de Atividades e Contas (RAC), referente ao exercício do ano anterior, e respetivo parecer do Conselho Fiscal;
 - b) no último trimestre de cada ano civil, até ao dia 30 de novembro, para aprovação do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o ano seguinte;
 - c) de três em três anos, no decurso do mês de dezembro, para eleição dos órgãos sociais da Associação.
4. A Assembleia Geral reúne em sessão extraordinária sempre que convocada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por iniciativa ou a pedido da Direção ou do Conselho Fiscal, ou a requerimento de pelo menos 1/3 (um terço) dos associados no pleno gozo dos seus respetivos direitos.
5. As reuniões da Assembleia Geral são convocadas pelo Presidente da Mesa, ou pelo seu substituto, por meio de correio eletrónico, com antecedência mínima de 8 (oito) dias, com indicação da data, hora, local e respetiva ordem de trabalhos.
6. As Assembleias Gerais serão dirigidas pelo Presidente da Mesa com *quórum mínimo*, em primeira convocatória, de 1/4 (um quarto) dos associados ou, após 30 (trinta) minutos, em segunda convocatória, independentemente do número de associado presentes. As deliberações serão tomadas pela maioria dos associados presentes com direito de voto.
7. As deliberações da Assembleia Geral serão consignadas em ata, assinadas pelos membros da Mesa da Assembleia Geral.

Artigo 14º

(Competências)

1. A Assembleia Geral tem como competências, quando convocada para o efeito:
 - a) eleger, trienalmente e por votação secreta, os órgãos sociais da ANG;
 - b) destituir a Direção e o Conselho Fiscal, em Assembleia Geral convocada expressamente para o efeito, com *quórum mínimo* de 10 (dez) por cento dos associados e com o voto favorável de pelo menos dois terços dos associados presentes e no gozo efetivo dos seus direitos;
 - c) aprovar, alterar e interpretar os estatutos e regulamentos e integrar as suas omissões;

- d) apreciar e votar o RAC, bem como o respetivo parecer do Conselho Fiscal;
- e) apreciar e votar o PAO;
- f) conferir a categoria de associado honorário;
- g) deliberar sobre a suspensão e exclusão de associados, assim como outras matérias, que nos termos regulamentares ou estatutários lhe forem apresentados pelos associados;
- h) agir como instância de recurso em contencioso disciplinar e eleitoral;
- i) fixar o montante, prazo e condições de pagamento das quotas;
- j) deliberar sobre a extinção, cisão ou fusão da ANG, se para o efeito, se verificar o voto favorável de pelo menos 2/3 (dois terços) do total de associados;
- k) deliberar sobre a aquisição onerosa e a alienação, a qualquer tipo de bens imóveis e de outros bens patrimoniais ou de valor histórico ou artístico;
- l) exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por Lei, Estatutos e Regulamento Interno.

SECÇÃO II

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 15º **(Composição)**

1. A Mesa de Assembleia Geral é composta por:
 - a) Presidente;
 - b) Vice-Presidente;
 - c) Secretário;
 - d) 2 (dois) Vogais.
2. Os membros da Mesa da Assembleia Geral são eleitos trienalmente, de acordo com o Regulamento Eleitoral e condições estabelecidas nos Estatutos.

Artigo 16º **(Competências)**

1. São competências da Mesa da Assembleia Geral:
 - a) dirigir e participar nas Assembleias Gerais;
 - b) redigir e assinar as atas de cada Assembleia Geral, que serão colocadas no sítio da internet da ANG, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da sua aprovação;
 - c) assumir as funções de Comissão Diretiva, em conjunto com o Conselho Fiscal, em caso de demissão da Direção.
2. A Mesa da Assembleia Geral reúne sempre que convocada pelo seu Presidente, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer dos seus membros.
3. São competências do Presidente da Mesa da Assembleia Geral;

- a) convocar a Assembleia Geral (ordinária e extraordinária);
 - b) presidir a Comissão Diretiva em caso de demissão da Direção;
 - c) presidir à Comissão Eleitoral para os órgãos sociais da ANG;
 - d) conferir posse aos órgãos sociais da ANG.
4. Na falta ou impedimento do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, este será substituído, na Presidência das reuniões de Assembleia Geral, sucessivamente, pelo Vice-Presidente, Secretário e Vogais. Na falta destes, a Assembleia designará os associados que irão compor a Mesa, no máximo de 3 (três) elementos.

Artigo 17º **(Demissão e Incapacidade)**

1. A Mesa da Assembleia Geral considera-se demissionária quando todos os seus membros sejam demitidos ou apresentem a sua exoneração.
2. Em caso de demissão da Mesa da Assembleia Geral, será obrigatoriamente convocada uma Assembleia Geral Extraordinária, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para eleger uma Mesa da Assembleia Geral *ad hoc*, até à realização de novas eleições, permanecendo a Mesa da Assembleia Geral demissionária em exercício de funções, reduzida a atos de mera administração, até tomada de posse da nova Mesa da Assembleia Geral.

SECÇÃO III **DIREÇÃO**

Artigo 18º **(Definição e Organização)**

1. A Direção é o órgão executivo e de gestão e administração da ANG.
2. A Direção é constituída por 9 (nove) associados eleitos, a cada 3 (três) anos, sob o definido em Regulamento Eleitoral e nos Estatutos:
 - a) Presidente;
 - b) Vice-Presidentes Executivo;
 - c) Vice-Presidente Técnico-Científico;
 - d) Tesoureiro;
 - e) Secretário;
 - f) 4 (quatro) Vogais.
3. A cada mandato, a organização da própria Direção da ANG é remetida para o Regulamento Interno.
4. A Direção reunirá sempre que julgar conveniente, por convocação do Presidente, e obrigatoriamente pelo menos uma por mês.
5. Das reuniões da Direção da ANG redigir-se-ão atas, que deverão ser assinadas por pelo menos três membros da Direção, sendo uma o Presidente.

Artigo 19º
(Competências)

1. Compete à Direção:

- a) representar, institucionalmente, a ANG em todas e quaisquer circunstâncias a ela exteriores;
- b) administrar os recursos económicos, financeiros e humanos da ANG;
- c) executar as deliberações tomadas pela Assembleia Geral e cumprir o PAO, aprovado em Assembleia Geral;
- d) dinamizar, coordenar e promover todas as iniciativas desenvolvidas pela ANG;
- e) sugerir alteração parcial dos Estatutos, encaminhando proposta à Assembleia Geral para deliberação;
- f) determinar o cumprimento das Resoluções Normativas do Conselho Fiscal;
- g) solicitar a convocação da Assembleia Geral;
- h) elaborar e submeter, anualmente, à Assembleia Geral e ao Conselho Fiscal, o RAC, bem como o PAO para o ano seguinte;
- i) zelar pelo cumprimento da Lei, dos Estatutos e executar as deliberações da Assembleia Geral;
- j) propor à Assembleia Geral o montante da quota a pagar pelos associados;
- k) definir as condições de admissão de novos sócios;
- l) prestar aos sócios todos os esclarecimentos por eles pedidos acerca da atividade administrativa e financeira;
- m) criar e dissolver comissões, permanentes ou eventuais, e estabelecer a sua composição, competência, e respetivos regulamentos internos;
- n) firmar acordos, negócios e protocolos que achar convenientes para a ANG;
- o) conceder, quando solicitada, autorização para afastamento por tempo determinado aos membros da Direção.

2. Compete ao Presidente:

- a) dirigir a ANG visando o seu pleno desenvolvimento;
- b) superintender a administração da ANG, orientando e fiscalizando os respetivos serviços;
- c) assinar contratos, ou quaisquer outros documentos que gerem obrigações para a ANG, em conjunto com o Vice-Presidente Executivo ou Tesoureiro;
- d) assegurar o cumprimento das deliberações tomadas pelos órgãos sociais da ANG;
- e) convocar os membros do Conselho Fiscal para reuniões sempre que necessário;
- f) convocar e presidir às reuniões da Direção;
- g) assinar e rubricar os termos de abertura e encerramento e rubricar o livro das atas da Direção;
- h) despachar os assuntos normais de expediente e outros que careçam de solução urgente, sujeitando estes últimos à confirmação da Direção na primeira reunião subsequente.

3. Compete ao Vice-Presidente Executivo:

- a) auxiliar o Presidente e, na sua ausência ou impedimento, substituí-lo;
- b) promover todo o trabalho organizativo e estrutural da ANG, nomeadamente ao nível das relações públicas e parcerias, assim como eventos e iniciativas;

- c) executar a área económico-financeira que é da total responsabilidade do Tesoureiro;
 - d) promover e divulgar, junto dos meios de comunicação social, as diversas iniciativas da ANG;
 - e) assinar contratos, ou quaisquer outros documentos que gerem obrigações para a ANG, em conjunto com o Presidente ou Tesoureiro.
4. Compete ao Vice-Presidente Técnico-Científico:
- a) auxiliar o Presidente e, na sua ausência ou impedimento, substituí-lo;
 - b) fomentar atividades que promovam a produção de conhecimento científico em áreas estratégicas da gerontologia;
 - c) verificar se os conteúdos a divulgar externamente, nas suas diferentes formas, estão em consonância com a linha estratégica definida pela Direção;
 - d) promover e divulgar, junto dos meios de comunicação social, as diversas iniciativas da ANG;
 - e) elaborar, fazer cumprir e respeitar o Regulamento das publicações técnico-científicas.
5. Compete ao tesoureiro:
- a) receber e guardar os valores da ANG;
 - b) promover a escrituração de todos os livros de receitas e despesas;
 - c) assinar autorizações do pagamento e as guias de receitas conjuntamente com o Presidente;
 - d) apresentar trimestralmente à Direção o balancete, com a discriminação das receitas e despesas dos meses anteriores;
 - e) superintender nos serviços de contabilidade e tesouraria, se aplicável.
6. Compete ao Secretário:
- a) Redigir as atas das reuniões da Direção e superintender os serviços de expediente e,
 - b) Preparar a agenda de trabalhos para as reuniões de Direção organizando os processos dos assuntos a serem tratados.
7. Compete aos vogais:
- a) coadjuvar os membros da Direção nas respetivas atribuições e exercer as funções que a Direção lhes atribuir.

Artigo 20º

(Demissão)

1. A Direção considera-se demissionária quando:
- a) Cessem funções sucessivamente, ou em bloco, a maioria dos seus elementos;
 - b) Se apresentar em bloco a sua demissão em Assembleia Geral;
 - c) For destituída em Assembleia Geral, de acordo com o disposto na Alínea b) do Artigo 14º.
- 2- Nos casos referidos no número um deste artigo, deverá a Mesa da Assembleia Geral, na pessoa do seu Presidente, convocar, logo que tenha conhecimento, a Assembleia Eleitoral.
- 3- Enquanto não for eleita nova Direção, a Direção demissionária deverá permanecer em funções, com competência, apenas, para assegurar a gestão corrente da ANG.

SECÇÃO IV

CONSELHO FISCAL

Artigo 21º

(Constituição)

1. O Conselho Fiscal é composto por 5 (cinco) associados eleitos:
 - a) Presidente;
 - b) Vice-presidente;
 - c) Secretário,
 - d) 2 (dois) Vogais.
3. Os membros do Conselho Fiscal são eleitos trienalmente, de acordo com o Regulamento Eleitoral e condições estabelecidas nos Estatutos.

Artigo 22º

(Competências)

1. São atribuições do Conselho Fiscal:
 - a) fiscalizar os atos administrativos praticados pela Direção, os seus livros, registos contabilísticos e os documentos que lhe servem de suporte;
 - b) fiscalizar o cumprimento das disposições legais, dos Estatutos e do Regulamento Interno;
 - c) elaborar o parecer sobre o PAO da ANG;
 - d) apresentar à Assembleia Geral, ordinária, o parecer sobre o RAC preliminar e final;
 - e) propor ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, perante situações de irregularidade, ou eventuais atitudes de gestão inadequada, a adoção de medidas corretivas que entenda convenientes;
 - f) assistir ou fazer-se representar por um dos seus membros às reuniões da Direção, sempre que o julgue conveniente.
2. O Conselho Fiscal reúne sempre que convocada pelo seu Presidente, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer dos seus membros, ou do Presidente da Direção.

Artigo 23º

(Demissão)

1. O Conselho Fiscal considera-se demissionário quando a maioria dos seus membros sejam demitidos ou apresentem a sua exoneração.
2. Em caso de demissão do Conselho Fiscal, a Mesa da Assembleia Geral, deverá convocar eleições intercalares, para o órgão demissionário, num prazo de trinta dias.

CAPÍTULO IV

ELEIÇÕES

Artigo 24º

(Especificação)

1. As disposições do presente capítulo aplicam-se à eleição dos seguintes órgãos da ANG:

- a) Mesa da Assembleia Geral;
- b) Direção;
- c) Conselho Fiscal.

Artigo 25º

(Capacidade Eleitoral)

1. Têm capacidade eleitoral ativa todos os associados da ANG, em pleno gozo dos seus direitos, à exceção dos associados Aderentes, Coletivos e Honorários como previsto no Artigo 6º.
2. A identificação dos associados eleitores será feita através do cartão de associado da ANG, ou através de outros documentos autênticos que os identifiquem.
3. Ficam expressamente proibidos os votos por qualquer forma de representação.

Artigo 26º

(Processo Eleitoral)

1. As eleições para os órgãos sociais da ANG têm lugar trienalmente, e realizam-se entre o dia 1 e o dia 31 de dezembro do último ano de cada triénio.
2. As eleições da ANG regem-se pelo Regulamento Eleitoral, aprovado em Assembleia Geral.
3. Os prazos e a forma do procedimento eleitoral serão fixados pela Mesa da Assembleia Geral, de acordo como o Regulamento Eleitoral.
4. Compreendem o processo eleitoral os seguintes elementos:
 - a) abertura do ato eleitoral, com o estabelecimento dos prazos e regras que observem o disposto nos Estatutos da ANG;
 - b) receção de inscrições das candidaturas;
 - c) homologação das candidaturas;
 - d) receção e julgamento, em única instância, de recursos de candidaturas rejeitadas;
 - e) divulgação das Listas candidatas;
 - f) convocatória dos associados à votação e esclarecimentos sobre a forma e o período em que se realizará;
 - g) organização da votação e zelo pelo normal desenrolar do processo de votação;
 - h) apuramento dos votos e divulgação dos resultados;
 - i) participação na tomada de posse dos órgãos sociais eleitos, juntamente com o atual Presidente da Assembleia-Geral e Presidente da Direção cessante.
5. Compete à Mesa da Assembleia Geral decidir acerca de quaisquer dúvidas e omissões que possam existir

durante o processo eleitoral até à posse dos eleitos.

6. As eleições fazem-se por sufrágio universal, direto e secreto, exercido presencialmente ou por correspondência, de acordo com o definido no Regulamento Eleitoral.

CAPÍTULO V

FINANÇAS E PATRIMÓNIO

Artigo 27º **(Receitas)**

1. São receitas da ANG:

- a) O produto da cobrança das quotas;
- b) Receitas provenientes de legados, donativos, patrocínios ou subsídios;
- c) Receitas provenientes da sua atividade;
- d) A venda de serviços e,
- e) Quaisquer receitas eventuais.

2. As receitas são aplicáveis na cobertura das despesas de funcionamento da ANG e no incremento das suas atividades, e cuja estratégia de afetação dos recursos compete à Direção mediante o PAO anual.

Artigo 28º **(Despesas)**

1. São despesas todos os gastos que decorrem da atividade normal da ANG.

Artigo 31º **(Património)**

1. O património da ANG é constituído:

- a) Pelo dinheiro em caixa e pelas aplicações e participações financeiras onde a ANG conste como titular ou cotitular dos respetivos direitos;
- b) Por todo o equipamento e restante material de sua propriedade e,
- c) Por todos os demais valores, móveis e imóveis, de sua propriedade.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 32º **(Federações e Filiações)**

1. A ANG, sob proposta da Direção, e por decisão da Assembleia Geral, é livre de se agrupar ou filiar em uniões, federações, ou confederações de âmbito local, regional, nacional ou internacional com fins idênticos

ou similares aos seus.

2. A ANG só poderá desvincular-se de uma estrutura a que tenha aderido, por decisão da Assembleia Geral, e sempre precedida de relatório justificativo da Direção.

Artigo 33º

(Interpretação e Integração de Lacunas)

1. A interpretação de lacunas dos presentes Estatutos deverá ser feita, única e exclusivamente, pela Assembleia Geral, recorrendo-se para o efeito às disposições legais reguladoras das Associações.

Artigo 34º

(Alteração e Revisão dos Estatutos)

1. Os presentes Estatutos poderão ser revistos sempre que se considerar necessário, mediante apresentação de documento justificativo.
2. A alteração dos estatutos só pode ser deliberada em reunião da Assembleia Geral expressamente convocada para o efeito e com o voto favorável de pelo menos 4/5 (quatro quintos) dos associados presentes e no gozo efetivo dos seus direitos, à data da realização.

Artigo 35º

(Extinção)

1. A ANG só poderá ser extinta nos termos legais ou por vontade expressa de 4/5 (quatro quintos) de todos os associados presentes com direito a voto.
2. No caso de extinção da ANG compete à Assembleia Geral deliberar sobre o destino dos seus bens, nos termos da legislação em vigor, bem como eleger uma comissão liquidatária.
3. Os poderes da comissão liquidatária ficam limitados à prática dos atos meramente conservatórios e necessários quer à liquidação do património social, quer à ulitimação dos negócios pendentes.

Artigo 36º

(Entrada em Vigor)

1. Os presentes estatutos entram imediatamente em vigor, após a sua aprovação em Assembleia Geral.

